

**Alessandra Bastiani**

***EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PREPARAÇÃO PARA  
O TRABALHO DO PORTADOR DE  
NECESSIDADES ESPECIAIS***

**Rio de Janeiro**

**1998**

**UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**UNI-RIO**  
**ESCOLA DE EDUCAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

***EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PREPARAÇÃO PARA O***  
***TRABALHO DO PORTADOR DE NECESSIDADES***  
***ESPECIAIS***

**Alessandra Bastiani**

**Orientadora: Ângela Maria Souza Martins**

**Monografia apresentada ao Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade do Rio de Janeiro como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Especial.**

## Dedicatória

À Rolando e Flauzina,  
meus pais, por todo o esforço e compreensão dedicados à minha formação e  
permanência na cidade do Rio de Janeiro.

Ao Nelson,  
Que não me deixou desistir e durante todo o percurso de elaboração deste  
trabalho me acompanhou com seu empenho, dedicação e conhecimentos.

## **Agradecimentos**

Agradeço ao Sacratíssimo Coração de Jesus pelo refúgio nas horas de dúvidas e dor.

Aos Portadores de Necessidades Especiais, de onde tirei a força e o incentivo para continuar buscando conhecimentos.

À Iza Maria, Denise e Domingas, que muito contribuíram para a realização desse trabalho.

Agradeço também a todos que, direta ou indiretamente, viabilizaram as pesquisas e a aquisição de materiais.

E, especialmente, agradeço à Ângela, minha orientadora, por sua dedicação, carinho, amizade e compreensão, que muito contribuiu para a realização e conclusão desta monografia.

## Resumo

A profissionalização constitui fator primordial de integração política, econômica e social de qualquer cidadão. No caso do Portador de Necessidades Especiais, a profissionalização destaca-se pela maior importância na contribuição para o processo de integração ao lar e à comunidade, garantindo auto-sustentação econômica e vida útil à sociedade.

O presente trabalho apresenta inicialmente as políticas públicas que visam garantir aos Portadores de Necessidades Especiais os subsídios para sua integração na sociedade, e em seguida oferece uma descrição do modelo de educação integradora adotado pelo município do Rio de Janeiro. Apresenta também modelos de Profissionalização e de Educação para Trabalho que visam atender a cada especificidade dos Portadores de Deficiência, oportunizando sua integração real na sociedade.

## Sumário

- I. Introdução
- II. Capítulo I : Políticas Públicas voltadas para a Educação dos Portadores de Necessidades Especiais
  - 1.1 - Programa de Ação Mundial para as pessoas deficientes (Medidas nacionais para a implantação do Programa de Ação Mundial).
  - 1.2 - Salamanca (postulados da Declaração de Salamanca referente à Educação Integradora).
    - 1.2.1 - Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais
    - 1.2.2 - Diretrizes de Ação no Plano Nacional
    - 1.2.3 – Diretrizes de Ação nos Planos Regional e Internacional
  - 1.3 - A nova LDB e a Educação Especial.
  - 1.4 - Plano Nacional de Educação: metas propostas para a Educação Especial.
- III. Capítulo II : Multieducação Especial: propostas de Educação Especial no município do Rio de Janeiro.
  - 2.1 - Necessidades Educativas Especiais
  - 2.2 - Adaptações curriculares.

2.2.1 - Aspectos importantes para a concretização da multieducação.

IV. Capítulo III: Profissionalização e Integração dos Portadores de Necessidades Especiais

3.1 - Um projeto de integração normalizada de pessoas portadoras de deficiência nas Instituições de Formação Profissional da América Latina (CIET/SENAI).

3.2 - A inserção de portadores de deficiência em empresas industriais - um levantamento.

V - Capítulo IV: A Educação para o trabalho adotada pelo INES<sup>1</sup>

VI - Considerações finais

VII - Anexos.

VIII - Bibliografia.

---

<sup>1</sup> Instituto Nacional de Educação para Surdos

## INTRODUÇÃO

O interesse em realizar este estudo surgiu a partir do trabalho em que a autora participou junto ao setor de profissionalização do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Pará. Este trabalho consistiu em participar da realização de um projeto para proporcionar ao portador de necessidades especiais condições para ingressar no mercado de trabalho, como profissional consciente, competente e capaz de buscar alternativas de auto-sustentação e auto-realização. O desdobramento natural disso foi que, à luz dos conceitos adquiridos no curso de Especialização em Educação Especial da UNI-RIO, buscou-se aprofundar o tema e conhecer de perto o modo como estava sendo implementada a profissionalização no município do Rio de Janeiro.

Muitas, entretanto, foram as dificuldades encontradas para realizar as investigações e pesquisas, o que gerou mudanças no tema escolhido por diversas vezes. A observação e a investigação *in loco* em instituições do setor foram bastante prejudicadas, pela dificuldade de acesso ou mesmo pela obstrução de processos investigativos, o que, aliado às dificuldades de aquisição de material publicado específico que atendesse às expectativas de investigação propostas, determinou os rumos do presente estudo a seguir apresentados.

O primeiro capítulo apresenta um arcabouço legal de âmbito mundial e nacional, que vem fundamentando as políticas públicas voltadas para o atendimento aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais, garantindo-lhes seus direitos enquanto cidadãos principalmente em sua escolaridade e sua integração social.

No capítulo 2 é apresentada uma proposta do município do Rio de Janeiro em seu núcleo curricular básico, no que diz respeito à Educação Especial. Trata-se de uma belíssima proposta, que inclusive está se transformando em tendência nacional.

O capítulo 3 traz uma reflexão sobre a integração do Portador de Necessidades Especiais e sua profissionalização a partir de um projeto realizado por uma instituição formadora de nível nacional em relação à profissionalização dos portadores de deficiência, visto a problemática de sua inserção no mercado de trabalho. Traz também considerações sobre uma investigação realizada em diversas empresas industriais pela mesma instituição.

O quarto e último capítulo apresenta uma investigação realizada pela autora junto ao Instituto Nacional de Educação de Surdos, sobre sua proposta de educação para o trabalho e o processo desenvolvido até chegar a inserção no mercado de trabalho.

## Capítulo I

### Políticas Públicas voltadas para a Educação dos Portadores de Necessidades Especiais

O governo atual do nosso país prioriza a política econômica. A inadequação do país para assumir um enfrentamento dos problemas no plano interno é visível; a reforma do Estado limitou-se a atender e priorizar estratégias econômicas, ficando em um plano secundário os interesses da área social e as necessidades básicas da população, propiciando cada vez mais desigualdades e exclusões. Sofremos a falta de uma consciência política voltada a uma posição educacional ativa em prol da capacitação dos brasileiros. Por isso, devemos buscar no Brasil a consolidação de políticas públicas.

Políticas públicas são aquelas que atendem às necessidades básicas da maioria da população. O convívio entre diferentes é essencial dentro de uma democracia legítima, onde *os princípios fundamentais das regras de convívio social são a liberdade, a igualdade, a participação, a diversidade e a solidariedade*<sup>1</sup>. Devem-se buscar programas que permitam a inserção social de todos. A seguir serão apresentados alguns pontos fundamentais do Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes.

## **1.1 - Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (Medidas nacionais para a implantação do Programa de Ação Mundial)**

O Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência foi aprovado na Assembléia Geral das Nações Unidas em 03 de dezembro de 1982 com a finalidade de *"promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de 'igualdade' e 'participação plena' das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento"*.<sup>2</sup>

O PAM<sup>3</sup> deve ser instituído em todos os países de forma igualitária, para desenvolver as potencialidades de qualquer ser humano, não importando as diferenças. Toda a população, sem exceção, tem o direito às mesmas oportunidades, para que alcance uma qualidade de vida melhor.

Muitos seres humanos vivem segregados e não tem oportunidades e recursos para tornarem-se efetivamente cidadãos. As barreiras físicas e sociais devem ser superadas e dar lugar a igualdade de oportunidades e de direitos às pessoas portadoras de deficiência. A elas também devem ser assegurados aspectos fundamentais da vida como: uma vida familiar condigna, educação, trabalho, habitação, segurança econômica e pessoal, acesso a

---

<sup>1</sup> Cândido Grzybowski - IBASE - Rio de Janeiro

<sup>2</sup> in Objetivos - Plano de Ação Mundial para Pessoas Deficientes

instalações públicas, liberdade de movimentação, entre outros.

A grande maioria dos deficientes se depara com barreiras físicas, culturais e sociais e vive sem serviços adequados que atendam suas necessidades, não podendo assim superar suas limitações.

O terceiro capítulo deste documento apresenta propostas para a execução do PAM, nos Estados Membros das Nações Unidas. Estes devem aplicar as medidas recomendadas e seguir os objetivos do Programa de Ação Mundial. A execução do PAM em cada país deve ser delegada às partes competentes como ministérios e outros órgãos governamentais e não-governamentais, cabendo aos governos a verificação e o acompanhamento das atividades destes últimos em relação ao Programa.

É relevante falar sobre a **Prevenção da Deficiência**. Devem ser tomadas medidas apropriadas para a prevenção de deficiências e para a divulgação de conhecimentos e tecnologias a respeito. É necessário levar até o conhecimento da sociedade Programas de Prevenção que abordem o atendimento básico de saúde que esteja ao alcance de toda a população, principalmente da zona rural, bairros pobres e favelas; atendimento e assessoramento sanitários materno-infantis; questões alimentares adequadas como a produção e o consumo de alimentos fartos em vitaminas; vacinação e imunização; detecção e intervenção precoce; programas de treinamento para a

---

<sup>3</sup> Plano de Ação Mundial

prevenção de acidentes e regulamentos sanitários; programas de segurança e higiene no lar e no trabalho; conscientização do perigo da auto-medicação irresponsável e uso de drogas, álcool, fumo; atividades educativas e sanitárias que ajudem a melhorar o estilo de vida; campanhas que informem a prevenção e eduquem permanentemente o público e profissionais; formação de agentes rurais com a finalidade de reduzir a incidência de deficientes e outros.

Consecutivamente deve ser desenvolvida e assegurada pelos Estados Membros a **Prestação dos Serviços de Reabilitação** que consta de assistência médica e serviços correspondentes necessários para a eliminação ou redução dos efeitos da deficiência, entre os quais podemos citar: a prestação de serviços sociais feita por profissionais da comunidade; nutrição, prestado por serviços gerais de saúde, educativos ou sociais e por formação profissional. Para os casos em que o atendimento geral não for suficiente e adequado, serviços profissionais especializados devem ser criados para proporcionar tratamentos necessários.

É necessário que os países tenham equipamentos e outros itens disponíveis para que os deficientes se insiram na vida social, adquirindo independência. A obtenção, manutenção e substituição desses equipamentos devem ser asseguradas durante o processo de reabilitação e após sua conclusão.

Nas medidas nacionais e nas propostas de execução do PAM também é

importante ressaltar a igualdade de oportunidades dos deficientes. Os Estados Membros da ONU devem assumir a responsabilidade para garantir a efetivação de oportunidades, respeitando todos os itens da legislação; adequando o meio ambiente ao portador de necessidades especiais; assegurando uma manutenção da Receita e da Seguridade Social para garantir as necessidades dos deficientes, assim como possibilitar uma Educação e Formação Profissional que integre os portadores de necessidades especiais. Deve-se também integrar as crianças portadoras de deficiência no sistema regular de educação. Todo “deficiente” deverá ter direito a lazer, cultura, esporte, trabalho e religião.

Além do Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes é necessário discorrer um pouco sobre outro documento fundamental, na década de 90, para a integração da pessoa deficiente, a Declaração de Salamanca.

## **1.2 - A Declaração de Salamanca - Postulados Referentes à Educação Integradora**

Em junho de 1994, delegados representando 92 governos e 25 organizações internacionais reuniram-se na cidade de Salamanca, na Espanha, para, entre os dias 07 e 10 de junho daquele ano, e sob os auspícios do governo espanhol e da UNESCO, reafirmar — em um documento histórico para a área de Educação conhecido como *DECLARAÇÃO DE SALAMANCA*

— os compromissos e princípios firmados no movimento *EDUCAÇÃO PARA TODOS*, originado na Conferência de JOMTIEN, Tailândia, em março de 1990. Mais do que isso, a Declaração de Salamanca reconheceu a necessidade e a urgência do ensino ser ministrado no sistema de Educação a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais, partindo de um princípio então proclamado de que as escolas comuns com orientação integradora são o meio mais eficaz para o combate a atitudes discriminatórias, em virtude do estabelecimento de novos paradigmas, como, por exemplo, o de uma pedagogia centralizada no aluno, que busque responder adequadamente a suas características, interesses e necessidades próprias de aprendizado, preservando assim o direito de igualdade de oportunidades tão fundamental à integração social do indivíduo em seu processo de afirmação da própria cidadania.

Um dos aspectos mais relevantes da Declaração de Salamanca refere-se ao papel reservado aos governos e à comunidade internacional. Aqueles são fortemente encorajados a priorizar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada, pelo comprometimento político e orçamentário com a melhoria de seus sistemas educativos, por intercâmbios entre países com experiência em escolas integradoras, e ainda pela garantia de que os programas de formação do professorado estejam orientados para atender às necessidades educativas especiais nas escolas integradoras. À comunidade internacional, em seus órgãos de financiamento, cabe a tarefa de defender o enfoque da escolarização integradora e aumentar sua contribuição

para a cooperação técnica e para programas de intercâmbio, de modo a apoiar o atendimento mais amplo e integrador de pessoas com necessidades educativas especiais. À UNESCO em especial, caberá arrecadar fundos pela criação, em seu Plano a Médio Prazo (1996-2002), de um programa mais amplo para escolas integradoras e de programas de apoio da comunidade que possibilitem o desenvolvimento de projetos-piloto que ofereçam novos meios de difusão e criem indicadores referentes às necessidades educativas especiais e ao seu atendimento.

#### **1.2.1 - Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais**

Inspirados em suas próprias experiências nacionais e nas resoluções, recomendações e publicações das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais, os delegados presentes à Conferência em Salamanca criaram um conjunto de ações de modo a balizar as diretrizes em Educação Especial nos planos regional, nacional e internacional. A Linha de Ação assim apresentada parte do princípio fundamental de que “as escolas devem acolher **todas as crianças**, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas”.

A Linha de Ação buscou fundamentar-se em algumas novas idéias sobre as necessidades educativas especiais, que podem ser assim resumidas:

- ♦ A escola integradora é de fato o ambiente mais eficiente para a progressão educacional e a integração social com igualdade de oportunidades de crianças com necessidades educativas especiais, cujo êxito depende não apenas da escola, mas também de pais, familiares, colegas e voluntários;
- ♦ A escola integradora deve reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender, adaptando-se aos diferentes estilos de aprendizado e garantindo a qualidade do ensino a todos indiscriminadamente;
- ♦ A escolarização integradora é um meio mais eficaz para fomentar a solidariedade entre as crianças com necessidades especiais seus colegas. O uso de escolas ou classes especiais deve ser uma exceção, para os casos em que a educação nas classes comuns não possa satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança;
- ♦ O planejamento oficial da educação deve centrar-se na educação de **todas** as pessoas de **todas** as regiões do país, de qualquer condição econômica, tanto em escolas públicas como em particulares;
- ♦ Faz-se necessária a criação de programas de educação de adultos portadores de deficiência, de modo a corrigir a exclusão ocorrida no passado em sistemas educacionais tradicionais;
- ♦ Devem-se fazer todos os esforços para fomentar a participação de

meninas e mulheres com deficiência nos programas de educação, de maneira a garantir a igualdade de condições e oportunidades entre homens e mulheres, em virtude da constatação de que as mulheres tem sido duplamente prejudicadas, como mulheres e como pessoas com deficiência.

### 1.2.2 - Diretrizes de Ação no Plano Nacional

Os países são fortemente encorajados a considerar as ações abaixo resumidas do documento *Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais* na organização e na elaboração das políticas de seus sistemas de educação.

#### a) Política e Organização

Legislação	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ Deve reconhecer o princípio da igualdade de oportunidade para todos e em todos os níveis de ensino.</li><li>♦ Deve complementar com medidas paralelas em saúde, bem estar social, formação profissional e emprego as políticas educacionais.</li></ul>
------------	--

Políticas de financiamento	Devem fomentar a criação de escolas integradoras, tendo os progressos na direção da integração mecanismos de aferição para a avaliação de seu êxito, certificando-se que as políticas e prioridades nacionais estejam em consonância com o princípio da <b>educação para todos</b> .
----------------------------	--

**b) Fatores escolares**

Flexibilidade de programas de estudos	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Devem ser adaptados os conteúdos do ensino às necessidades da criança e não o contrário.</li> <li>◆ Devem ser revistos os procedimentos de avaliação.</li> <li>◆ Tecnologias de apoio devem ser desenvolvidas em âmbito regional e nacional, e mesmo oferecidas em programas de cooperação internacional para apropriadamente apoiar às necessidades educativas especiais.</li> </ul>
Gestão escolar	Administradores devem criar procedimentos de gestão mais flexíveis de modo a possibilitar o remanejamento de recursos pedagógicos, diversificar as opções educativas, facilitar a mútua ajuda entre crianças e estabelecer programas de cooperação com os pais de alunos e a comunidade.

Informação e Pesquisa	Instituições de pesquisa e centros deverão integrar a seus programas de pesquisa e desenvolvimento serviços educativos especiais, com ênfase em estratégias pedagógicas inovadoras que deverão ser amplamente difundidas em centros de documentação.
-----------------------	--

### **c) Contratação e Formação de Pessoal Docente**

- ◆ Programas de formação deverão inculir em todos os professores uma orientação positiva sobre a deficiência.
- ◆ Deve-se procurar contratar professores e pessoal de educação capacitados e portadores de deficiência, de modo a oferecer as crianças modelos de referência para suas vidas e suas expectativas.

### **d) Serviços externos de apoio**

- ◆ Instituições de formação de professores e escolas especiais podem servir de apoio às escolas comuns o acesso a dispositivos e materiais mais específicos normalmente não encontrados nessas escolas, além do suporte de consultores, psicólogos, fonoaudiólogos, etc., que seria assim coletivamente utilizado por todas as escolas.

**e) Áreas prioritárias**

Educação pré-escolar	Programas de atendimento e educação para menores de 06 anos são importantíssimos para o êxito das escolas integradoras, pela pronta identificação, avaliação e estímulo de crianças com necessidades educativas especiais.
Preparação para a vida adulta	Escolas deverão ajudar jovens com necessidades educativas especiais em sua transição da escola para a vida adulta, pela adoção de programas de capacitação profissional e de técnicas de aprimoramento de habilidades funcionais que atendam demandas sociais e de comunicação da vida adulta.

**f) Participação da comunidade**

- ◆ Devem-se estreitar as relações de professores e administradores escolares com os pais, de modo a permitir-lhes participar na tomada de decisões, na escolha do tipo de educação que desejam para seus filhos, facilitando-lhes o acesso à informação. A participação de associações de pais na elaboração de políticas educacionais deverá ser largamente disseminada.
- ◆ Os meios de comunicação podem desempenhar um papel importante no fomento de atitudes favoráveis à integração social de pessoas com deficiência, pela correção de informações errôneas ou preconceituosas e

pela disseminação de informações acerca do potencial de pessoas com deficiência.

**g) Recursos necessários**

- ♦ A distribuição de recursos entre as escolas deverá levar em consideração as diferenças de gastos necessários para atender crianças com diferentes capacidades. Sugere-se começar pelo apoio a escolas que desejem iniciar projetos-piloto em educação integradora, além de alocar recursos para apoiar a formação de professores encarregados da educação especial.

**1.2.3 - Diretrizes de Ação nos Planos Regional e Internacional**

A cooperação internacional ou de associações regionais resultará no planejamento de atividades conjuntas e facilitará o intercâmbio entre países e regiões de dados, informações e resultados de programas-piloto relativos aos serviços educativos especiais, gerando uma sinergia entre organizações governamentais, não-governamentais, regionais, interregionais e internacionais de maneira a unificar esforços no fomento de escolas integradoras.

A nível nacional, um passo importante para a implantação de políticas novas em educação especial pode ser visto na nova Lei de Diretrizes e Bases.

### **1.3 - A nova LDB<sup>4</sup> e a Educação Especial**

A nova LDB traz tres artigos normatizando a Educação Especial no Brasil. Nesta lei a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, oferecendo, quando necessário, serviços especializados de atendimento. Este tipo de serviço deverá ser oferecido em salas de recursos especiais quando não for possível o atendimento exclusivo em sala de aula. A partir da nova LDB, a Educação Especial deverá ser oferecida não somente no ensino fundamental, mas também na Educação Infantil.

Os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades educativas especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e uma ambiência específica para integrá-los socialmente.

Para aqueles que não conseguiram atingir o término do ensino fundamental, a lei garante uma terminalidade específica e aos superdotados deverá ser oferecido um programa de aceleração de ensino.

Os profissionais que atendem o portador de necessidades especiais deverão ser especializados e/ou capacitados adequadamente em nível médio

e/ou superior.

Quanto à formação profissional do portador de necessidades especiais, a LDB oferece uma

*“Educação Especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora”.*<sup>5</sup>

Os Portadores de Necessidades Especiais devem receber todos os benefícios dos programas sociais suplementares, tais como aqueles oferecidos ao ensino regular. OS órgãos responsáveis pela elaboração de normas dos sistemas de ensino do Poder Público serão os que vão estabelecer os critérios de funcionamento das instituições privadas sem fins lucrativos dedicadas à educação especial para enfim, receberem apoio técnico e financeiro.

O atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais na rede pública regular de ensino deverá ser priorizado pelo Poder Público, sem prejuízo dos programas a serem desenvolvidos em parceria com as instituições supra-citadas. O Plano Nacional de Educação estabelece algumas metas para

---

<sup>4</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

<sup>5</sup> Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Título V - Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino. Capítulo I - Da Composição dos Níveis Escolares; Capítulo V - da Educação Especial, Inciso IV do art. 59.

a educação especial no Brasil

#### **1.4 - Plano Nacional de Educação: metas propostas para a Educação Especial**

Preocupado com a falta de acesso à formação escolar adequada das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) do Ministério da Educação e do Desporto, promoveu discussões e propostas de metas para o debate do Plano Nacional de Educação.

A educação hoje apresenta inúmeras falhas, principalmente no que diz respeito ao portador de deficiência: escolas despreparadas e desaparelhadas, professores sem habilitações adequadas para lidar com a clientela especial, que demanda escolaridade, acesso à cidadania e desenvolvimento pessoal.

Existe, contudo, a necessidade de que aconteça a implantação sistemática da educação especial como modalidade de educação escolar, inclusive atendendo todos os níveis de ensino e com soluções às variadas necessidades especiais. Visando um melhor desenvolvimento das potencialidades e uma integração social desses alunos, entende-se que quanto mais cedo forem identificadas suas necessidades especiais maiores são suas possibilidades. Neste momento aparece a necessidade de instrumentalizar creches para crianças de 0 à 3 anos de idade que apresentam

tais necessidades educativas especiais, de modo a proporcionar um atendimento precoce que resultará em uma melhor qualidade de vida.

A formação de recursos humanos que ofereça atendimento capacitado nas creches, nas instituições especializadas e instituições de educação infantil é uma das prioridades do Plano Nacional de Educação.

*“A legislação brasileira determina que a educação especial deva ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, indicando claramente a concretização da política de integração.”<sup>6</sup>*

Existem várias necessidades educativas especiais a serem atendidas, por isso o sistema escolar deve criar caminhos que satisfaçam suas diferenças: a integração dos alunos com necessidades especiais nas classes comuns ;a integração parcial efetivada por meio das classes especiais; encaminhamentos indevidos de alunos não portadores de deficiências para as classes especiais (esta prática tem que ser eliminada); atendimento educacional diferenciado em instituições especializadas a casos mais sérios.

Com a colaboração de diferentes órgãos do Poder Público espera-se atender os portadores de necessidades especiais não apenas na área educacional, mas também com atendimentos de saúde e psicologia. O Plano Nacional de Educação, ainda por ser lançado pelo Governo Federal, já

---

<sup>6</sup> Roteiro de Metas para orientar o debate sobre o Plano Nacional de Educação, 20 de agosto de 1997.

indica, em sua versão preliminar de dezembro de 1997, algumas metas a serem perseguidas no que tange à Educação Especial. Tais metas englobam ações múltiplas a serem atribuídas a governos federal, estaduais e municipais, envolvendo áreas de saúde pública, previdência e assistência social, educação (desde o Ensino Infantil até as próprias Universidades), cultura, trabalho e transportes, buscando envolver parcerias com organizações da sociedade civil voltadas para esse segmento. Algumas dessas metas dependem de iniciativas da União e outras exigem sua colaboração, mas fundamentalmente todas as metas demandam múltiplas ações coordenadas entre as várias instâncias.

Nos municípios, espera-se ampliar a oferta de procedimentos de estimulação precoce para crianças com necessidades especiais em parceria com a área da Saúde, generalizar a oferta de cursos sobre o atendimento básico para essas crianças voltados para professores em exercício na educação infantil e ensino fundamental, utilizando-se de programas de Educação à Distância; garantir a generalização da aplicação de testes de acuidade visual e auditiva nessas instituições, favorecendo dessa maneira a integração dos educandos com necessidades especiais em classes comuns. Nesse sentido, espera-se generalizar o atendimento a esses alunos tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, inclusive através de consórcios entre municípios provendo, nestes casos, o transporte necessário.

Nos estados da Federação, espera-se criar Centros de Serviços

Educacionais Especializados em parceria com as áreas da Saúde, Assistência Social, Trabalho e organizações da sociedade civil, destinados ao atendimento dos casos mais graves de comprometimento mental e de deficiências múltiplas. Espera-se que tais centros possam em dez anos abranger diferentes regiões de cada estado, o que envolve o comprometimento da União.

Um setor bastante referenciado no Plano é o dos livros e materiais didáticos para educandos com necessidades especiais. Espera-se ampliar a disponibilidade de livros em braille e caracteres ampliados para alunos cegos e portadores de visão sub-normal do ensino fundamental, seja de livros didáticos sejam literários, além de equipar com aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos as escolas de educação básica, através de parcerias com as áreas de Assistência Social, de Cultura, organizações não governamentais, redes municipais e intermunicipais, devendo inclusive estender-se a oferta de equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do educando com necessidades especiais.

A formação e qualificação de profissionais com habilitação para tratar com o portador de necessidades especiais também é amplamente contemplada pelo Plano. É prevista a inclusão nos currículos de formação de professores, nos níveis médio e superior, de conteúdos e disciplinas que possibilitem a capacitação básica para atendimento aos portadores de necessidades especiais, além de incluir ou ampliar nas universidades públicas a habilitação específica, em nível de graduação e pós-graduação, para a

formação de pessoal especializado em educação especial, garantindo, em cinco anos, pelo menos um curso desse tipo em cada unidade da Federação. Outras áreas profissionais também deverão introduzir conteúdos disciplinares referentes aos educandos com necessidades especiais, sobretudo aquelas que formam profissionais em áreas relevantes para o atendimento, como: Medicina, Enfermagem, Arquitetura, Engenharia, etc.

A fim de garantir o cumprimento de tais metas, deverão ser definidos indicadores básicos de qualidade para o funcionamento de instituições especializadas de Educação Especial, sejam públicas ou privadas. Além disso, os recursos financeiros para o atendimento aos educandos com necessidades especiais deverão ser aumentados até um mínimo de 5% daqueles destinados à Educação num prazo de até dez anos, os quais deverão ser complementados através de parcerias com as áreas de Saúde e Assistência Social. Deverão também ser criados em todos os sistemas de ensino setores responsáveis pela educação especial bem como pela administração dos recursos orçamentários específicos para o atendimento dos educandos, além de gerar um sistema de informações fidedignas sobre a população a ser atendida pela educação especial através do Censo Educacional e dos Censos Populacionais.

## Capítulo II

### **Multieducação Especial: propostas de Educação Especial no município do Rio de Janeiro.**

Acho coerente começar oferecendo um breve conceito de Multieducação segundo os organizadores do documento "Multieducação: Núcleo Curricular Básico da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro". A Multieducação reafirma o ensino fundamental como lugar indispensável para a constituição de conhecimentos e valores, onde vão ser articulados **Princípios Educativos** de Meio Ambiente, Trabalho, Cultura e Linguagens, com os **Núcleos Conceituais**: Identidade, Tempo, Espaço e Transformação<sup>1</sup>. Busca a modernização de nossas escolas, propõe a integração de múltiplas linguagens educacionais para a ação pedagógica. Depois da nova LDB a Multieducação se tornou uma tendência nacional.

Os alunos portadores de deficiência não ficam à margem da educação com a proposta de Multieducação, visto que esta foi elaborada o atendimento de todos os alunos. No caso dos alunos especiais é necessário promover adaptações curriculares para que suas especificidades sejam supridas.

---

<sup>1</sup> Regina de Assis – Secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro – in doc. citado.

A Multieducação propõe caminhos alternativos para que os alunos portadores de necessidades educativas especiais também sejam escolarizados, o que não quer dizer que todos consigam receber o mesmo grau de escolarização, porém alternativas serão buscadas para que esses se aproximem ao máximo dos outros alunos.

Não se pode estabelecer antes do processo de aprendizagem o grau de escolaridade que vai ser atingido, mas sim durante este processo, como uma construção com o aluno que está presente no momento, oferecendo-lhe condições visando para que apresente análise crítica e construção de significado coerente com o seu universo. É preciso percorrer os caminhos com ele, para que no final consiga ter esta construção de símbolos e uma leitura crítica.

Estamos a menos de dois anos da virada do século e muitos continuam pensando apenas na integração social desses alunos, na sua socialização, como se pudéssemos separá-la de conhecimentos sistematizados.

Existe, por parte do professor, uma necessidade de rever os objetivos determinados e fazer a conectividade entre os Princípios Educativos com os Núcleos Conceituais, para não pecar subestimando a capacidade dos alunos portadores de deficiência.

A Multieducação propõe que a dúvida assuma o lugar da certeza sobre um único conhecimento, que a escola seja um grande espaço social, onde a natureza de cada aluno seja respeitada e aconteça a ousadia, a criatividade em prol das possibilidades que os alunos podem alcançar.

*" O modelo de ensino especial no Brasil está de acordo com as tendências educacionais mais modernas, que defendem a necessidade de integrar deficientes aos demais alunos. Sempre que possível, eles devem assistir aulas em classes comuns. Só que as escolas precisam oferecer também salas de recursos e oficinas pedagógicas".<sup>2</sup>*

## **2.1 – Necessidades Educativas Especiais**

Uma pessoa com necessidades educativas especiais precisa que lhe seja dispensado uma atenção maior dentro de um contexto escolar e que se lance mão de melhores recursos para que esse aluno possa ter acesso ao mesmo conteúdo usufruído pelo aluno considerado normal, no currículo escolar. Mesmo que, para isso, este aluno frequente salas de recursos e oficinas pedagógicas para alcançar o conteúdo ministrado nas aulas regulares.

---

<sup>2</sup> Folha de São Paulo de 25 de agosto de 1998.

O aluno com necessidades educativas especiais apresenta maior dificuldade no processo de aprendizagem, mas isto não deve ser obstáculo ao seu aprendizado, pois apenas indica uma insuficiência e não uma deficiência. Os indivíduos são diferentes e suas necessidades também. É necessário olhar suas possibilidades e alcançar caminhos alternativos para colocar o aluno com necessidades educativas especiais em contato com os conhecimentos propostos pela escola.

Com o modelo de integração proposto atualmente, a visão de incapacidade vem, aos poucos, cedendo lugar à um entendimento acerca de suas possibilidades de integração e apropriação de conhecimentos e, principalmente, de conhecimentos escolares.

## **2.2 – Adaptações Curriculares**

A adaptação curricular apresenta um grande ganho em relação à integração. Ao invés da criança tentar adaptar-se aos currículos escolares prática que permeava as escolas e acabava na exclusão das crianças com necessidades especiais do contexto escolar agora quem busca respostas educativas para seus alunos é a escola.

Para que todos os alunos recebam respostas educativas de qualidade é fundamental o respeito à regionalidade, às características culturais e as

adequações curriculares para os portadores de necessidades educacionais especiais. Desde a forma mais geral até à mais específica dos planejamentos curriculares, tais como: plano geral, plano de aula, planejamento de atividades, deve ser dada atenção às necessidades educacionais especiais.

As diferenças entre cada aluno devem ser consideradas sem, no entanto, perder a perspectiva que todos estão em processo de construção de conhecimento que os levará à independência e à autonomia e à integração social.

Para a realização da adaptação curricular é imprescindível conhecer as diferentes necessidades educacionais especiais. As adequações feitas na proposta curricular tem que atender a essas diferenças dos portadores dessas necessidades, permitindo-lhes acesso ao trabalho proposto de aquisição de conhecimentos e valores. Para isso, tem que partir de suas necessidades selecionando recursos necessários para atendê-las.

*" As adaptações curriculares propriamente ditas são modificações desde o planejamento, passando pelos objetivos, conteúdos, atividades, estratégias de avaliação em um, alguns ou quase todos os componentes curriculares".<sup>3</sup>*

---

<sup>3</sup> Multieducação – Núcleo Curricular Básico/terceira parte, in Secretaria Municipal de educação do Rio de Janeiro.

Quando existe uma revisão nos conteúdos escolares de cada etapa do ensino, permite-se a ampliação das possibilidades dos alunos, acontecendo aí a adaptação curricular.

O que se pretende alcançar com a adaptação de currículo é um processo ensino/aprendizagem que atenda a todos os alunos, principalmente ao portador de necessidades educativas especiais, que, estando integrado em turma regular, participa da aquisição de conhecimentos, valores e significados como seus colegas. Quando não for suficiente apenas sua integração na sala regular, passa a frequentar a sala de recursos com o objetivo de receber apoio para superar dificuldades específicas, podendo acompanhar às atividades propostas na sala de aula regular. Neste momento não pode haver separação de planejamentos. Os professores da classe regular e da sala de recursos trabalham juntos, planejando e definindo as adaptações curriculares necessárias no início e durante o processo de ensino/aprendizagem.

As adaptações de acesso dos portadores de deficiência ao currículo implicam na eliminação de barreiras como condições físicas, materiais e de comunicação, possibilitando que os alunos possam frequentar todo o espaço educacional, usufruindo de recursos tecnológicos e de todas as estratégias que permitam sua integração tendo como base a proposta de Multieducação.

### **2.2.1 - Aspectos Importantes para a Concretização da Multieducação.**

O planejamento representa um fator primordial e importante para o trabalho escolar. É no planejamento escolar que vão se encontrar as propostas de ação necessárias para se ter respostas satisfatórias no processo educacional.

A proposta de ação contém objetivos, conteúdos e critérios de avaliação e tem que ser constituída de significado, atendendo às necessidades individuais dos alunos. Quando as atividades se encontram em conexão com os objetivos e conteúdos propostos, acontece a aprendizagem do aluno. Os conteúdos são um meio para que as estruturas afetivo-cognitivas dos alunos se desenvolvam.

É preciso que exista uma ligação coerente entre o planejamento e as possibilidades que o aluno apresenta para deter o conhecimento e relacioná-lo com situações de vida, o planejamento de atividades significativas é importante para os avanços de cada aluno, e para isso é necessário que o professor esteja atento às necessidades de cada um deles, acompanhando seus avanços e detectando suas dificuldades.

A coerência entre a faixa etária dos alunos e as atividades propostas é outro aspecto importante. Não se pode levar apenas em consideração a idade cronológica/idade mental. É fundamental a atenção para a idade

cronológica/idade social. As atividades planejadas tem que oferecer ligação com o cotidiano desses alunos e o saber escolarizado.

Utilizar recursos correspondentes à faixa etária dos alunos é um aspecto fundamental para o sucesso de sua produção. Os componentes curriculares tem que manter uma coerência para cada série e daí realizar as adaptações necessárias a cada educando especial.

O trabalho oferecido tem que apresentar qualidade para que não deixe a desejar diante das possibilidades dos alunos. É essencial que sua qualidade seja avaliada junto com os progressos e necessidades do educando.

Certos objetivos e conteúdos do currículo devem ser priorizados, atendendo às especificidades de alguns alunos, assim como pode ser necessária a inclusão de objetivos e conteúdos no currículo para atender alunos portadores de necessidades educativas especiais. Esse processo faz parte do planejamento e não pode ser confundido com métodos especiais. Os alunos especiais aprendem através dos mesmos recursos metodológicos empregados com os outros alunos, apesar das adequações necessárias nestes recursos para atender objetivos específicos de alguns casos.

**Todos** os alunos necessitam ter acesso a uma aprendizagem significativa, vivenciando um processo de interação dialógica com professores que assumam o papel de mediadores deste processo. O processo

ensino/aprendizagem necessita de uma constante avaliação para que não se perca de vista o conteúdo programático e suas propostas de aplicação.

Para que se tenham respostas educativas mais significativas é necessário que as atividades sejam prazerosas, tenham um prévio planejamento de aula com recursos necessários, propostas mais adequadas sejam elaboradas além de outras ações, sempre tendo em mente que o conhecimento destas questões passa por constantes avaliações metodológicas. Uma prática educativa competente leva a um saber autêntico e depende de uma **prática contínua de avaliação**. É preciso conhecer o desenvolvimento real e o desenvolvimento proximal de cada aluno, tal que, tendo a noção desses dois níveis de desenvolvimento, o professor detenha a informação necessária para uma análise de quais adequações e desdobramentos precisam ser providenciados, quais os progressos em relação a momentos anteriores, que situações foram vivenciadas de forma independente ou com a ajuda do professor, e se os processos adotados pelo professor foram adequados, oportunos, agradáveis, etc. Os momentos de avaliação devem ser vistos como momentos de aprendizagem.

## Capítulo III

### Profissionalização e Integração dos Portadores de Necessidades Especiais.

A educação de portadores de deficiência constitui-se em educação especial<sup>1</sup> ou serviços de integração<sup>2</sup>. A capacitação das pessoas portadoras de deficiência, através da educação, forma a base para o resgate de sua imagem social, na medida em que forma o princípio de sua integração com a sociedade.

No Brasil, o governo instituiu a Secretaria de Educação Especial<sup>3</sup>, gerida pelo MEC. Compete a esta Secretaria apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino de educação especial e definir diretrizes para a organização de sistemas de ensino de educação especial; promover a articulação com organismos nacionais e internacionais, visando a melhoria do atendimento na área de educação especial; orientar e acompanhar a elaboração e definição de planos, programas e projetos na área de educação especial; avaliar planos, programas e projetos desenvolvidos pelos sistemas públicos e privados de ensino, apoiados técnica e financeiramente pela

---

<sup>1</sup> Provê serviços de instrução não convencionais para indivíduos que não podem beneficiar-se das práticas da educação convencional.

<sup>2</sup> Para aqueles que podem beneficiar-se da integração.

Secretaria; zelar pelo cumprimento da legislação nacional pertinente à educação especial.

Além disso, a SEESP supervisiona dois órgãos de educação especial para portadores de deficiência: o Instituto Benjamin Constant<sup>4</sup>, para portadores de deficiência visual e o Instituto Nacional de Educação de Surdos<sup>5</sup>.

Estão sendo concentrados esforços no sentido de proporcionar acesso à educação aos portadores de diversos tipos de deficiência. Há uma estratégia de integração das pessoas portadoras de deficiência na rede pública de ensino. Esta estratégia visa atingir o nível municipal, apresentando aos governos programas e oportunidades de convênios. O MEC tem como metas limitar os recursos para a abertura de novas escolas especiais visando estimular o convívio dos portadores de deficiência com outras crianças em escolas regulares. O esforço de inserção de portadores de deficiência no ensino regular prevê uma educação complementar em salas de apoio, com atenção especializada conforme o tipo de deficiência.

Apesar dos esforços promovidos no sentido de propiciar maior atenção à educação dos portadores de deficiência, a desinformação ainda é muito grande entre suas famílias. Esta desinformação, ao lado de um certo

---

<sup>3</sup> SEESP

<sup>4</sup> IBC

acanhamento, impede que as pessoas portadoras de deficiência, ao serem recusadas por algumas escolas, possam lutar por seus direitos. Este fato vem contribuindo para o agravamento no déficit no atendimento educacional, que ainda está muito aquém da demanda. A Organização Mundial de Saúde, OMS, estima um percentual de 10% da população no Brasil composto de pessoas portadoras de deficiência.<sup>6</sup>

Um dos problemas mais críticos dos portadores de deficiência diz respeito à sua formação profissional, como base para sua inserção no mercado de trabalho e integração social. Integrar os portadores na comunidade requer a adoção de mecanismos capazes de proporcionar, além de sua preparação, a igualdade de oportunidades.

De acordo com o Projeto de Integração Normalizada de Pessoas Portadoras de Deficiência, a CORDE<sup>7</sup> vem formulando subsídios para a regulamentação de uma Política Nacional de Geração de Oportunidades de Trabalho e Renda e Capacitação Profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência e, nesta política destacam-se itens que devem ser observados, tais como:

- ◆ Definição de critérios para o enquadramento dos portadores de deficiência em concursos públicos, assegurando o cumprimento da legislação referente a reservas de vagas especiais;

---

<sup>5</sup> INES

<sup>6</sup> Vide quadro no anexo II.

- ◆ A criação de incentivos fiscais às empresas empregadoras de portadores de deficiência;
- ◆ A implementação e universalização de serviços de reabilitação profissional em Centros de Reabilitação Profissional;
- ◆ Incentivos à expansão de convênios entre entidades de pessoas portadoras de deficiência, órgãos públicos e empresas públicas e privadas, objetivando a prestação de serviços e/ou o fornecimento de trabalho;
- ◆ Estímulo à auto-suficiência de entidades voltadas para a reabilitação; o envolvimento de universidades e centros de pesquisa no estudo de novas oportunidades de trabalho para portadores de deficiência;
- ◆ A organização e manutenção de informações estatísticas sobre portadores de deficiência;
- ◆ A organização de atendimento especial pelo SINE<sup>8</sup>;
- ◆ A incorporação dos portadores de deficiência e de sua família em projetos governamentais de geração de empregos;
- ◆ A promoção de programas de capacitação de portadores de deficiência por entidades de formação profissional.

O Ministério do Trabalho<sup>9</sup> alega não dispor de dados precisos sobre a quantidade de trabalhadores portadores de deficiência, ou mesmo daqueles que participam ou teriam participado de programas de qualificação profissional. O acesso destas pessoas ao sistema produtivo é dificultado

---

<sup>7</sup> Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

<sup>8</sup> Sistema Nacional de Emprego

principalmente pelas metodologias adotadas para sua capacitação, que não estariam adequadas às necessidades do mercado de trabalho e também aos novos processos de reestruturação do sistema produtivo.

O Ministério do Trabalho tem formulado projetos no sentido de promover a articulação de mecanismos para a integração dos portadores de deficiência no mercado de trabalho. Esta articulação visa parcerias entre governo, empresários, trabalhadores, instituições de educação profissional e organizações representativas dos portadores de deficiência. Um desses projetos formou o **Programa de Educação Profissional para Portadores de Deficiência**.

Este programa para portadores de necessidades especiais é um dos quatorze programas que compõem os Planos Estaduais de Qualificação<sup>10</sup> voltados à qualificação /requalificação profissional. O Programa de Educação Profissional para Portadores de Deficiência qualificou, em 1996, 15,9 mil portadores de deficiência em 200 municípios<sup>11</sup>.

Foi observado pelo CIET-SENAI<sup>12</sup> que o atendimento prestado através do MTb aos portadores de deficiência em relação à formação profissional

---

<sup>9</sup> MTb

<sup>10</sup> PEQ's

<sup>11</sup> Vide quadro no anexo III.

<sup>12</sup> Centro Internacional para a Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

ainda compreende um total desfavorável<sup>13</sup>. Diversas políticas foram formuladas,mas ainda não se dispõe de muitas informações a respeito de seus resultados e de sua aplicação. Este fato se confirma com a falta de dados, tanto em relação aos portadores de deficiência envolvidos na formação profissional quanto àqueles que se encontram no mercado de trabalho.

### **3.1 - Estratégias para a integração de portadores de deficiência na formação profissional no SENAI.**

Muitos obstáculos impedem o acesso dos portadores de deficiência aos programas regulares de formação profissional, entre eles: o preconceito, a desinformação, a ausência de serviços de orientação e a própria estrutura das instituições de formação que não prevêem adaptações para seu atendimento. A integração das pessoas portadoras de deficiência na formação profissional deve observar esses obstáculos e, a partir desta observação, efetuar esforços no sentido de coordenar os recursos existentes para sua utilização efetiva.

O SENAI realizou entre seus diversos Departamentos Regionais um levantamento em relação a essa questão. *“Este levantamento objetivou captar o atendimento a solicitações de participação de portadores de deficiência em cursos e programas regulares de formação profissional”*<sup>14</sup>. Os resultados

---

<sup>13</sup> In Projeto de Integração Normalizada de Pessoas Portadoras de Deficiências nas Instituições de Formação Profissional na América Latina.

<sup>14</sup> Atendimento dos Departamentos Regionais do SENAI a Pessoas Portadoras de Deficiência. In - Projeto de Integração Normalizada de Pessoas Portadoras de Deficiência nas Instituições de Formação Profissional da América Latina.

apresentam um caráter importante para a definição de estratégias de integração das pessoas portadoras de deficiência na formação profissional.

Foi levado em conta a dificuldade de obter dados mais detalhados oriundos dos Departamentos Regionais. A investigação considerou os últimos cinco anos das 28 unidades consultadas em todo o Brasil.

Os resultados da investigação demonstraram que cerca de 80% (20 Departamentos Regionais) receberam solicitações para atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais. As pessoas atendidas nos programas e cursos regulares de formação profissional corresponderam a um total de 1.877. Através do número de atendimentos nos departamentos — agrupados por regiões do SENAI — foi revelado que a maioria destes se concentrou nas regiões sudeste e sul. São diferentes fatos que explicam uma participação maior destas regiões do Brasil no atendimento em programas e cursos de formação profissional aos portadores de deficiência. Não obstante os obstáculos que essas pessoas enfrentam, foi observado que são regiões mais urbanizadas onde as informações estão mais disponíveis, apresentando maior número de portadores de deficiência. Sendo regiões mais industrializadas, as oportunidades de trabalho tendem a ser maiores, o que pode ter contribuído para que as Unidades Operacionais do SENAI tenham sido mais procuradas por pessoas portadoras de deficiência, o que gerou uma mobilização maior para seu atendimento.

Foi observado mais claramente no quadro citado no anexo IV que os menores percentuais de atendimento em programas e cursos de formação profissional dos Departamentos Regionais a pessoas portadoras de deficiência ocorreram nas regiões Norte e Nordeste, onde a escassez de dados é maior.

Entre os Departamentos Regionais que receberam solicitações, nos últimos cinco anos, para atendimento em seus programas e cursos regulares de formação profissional para portadores de deficiência, quatro não atenderam a elas. A dificuldade de acesso a dados detalhados não possibilitou o conhecimento dos atendimentos que não foram efetuados.

Pelos indicativos dos tipos de deficiência apresentados pelas pessoas atendidas nos cursos e programas de formação profissional apresentados pelo SENAI, a maioria dos atendimentos corresponderam as categorias deficiência física, seguido de deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência múltipla, nesta ordem.

### **3.2 - Inserção de Portadores de Deficiência em Empresas Industriais - um levantamento.**

A superação de idéias de discriminação, com a perspectiva da diversidade, vem se constituindo numa meta norteadora de políticas educacionais, trabalhistas e de assistência médica e social voltadas às

peças portadoras de necessidades especiais nos mais diversos países. O redimensionamento destas políticas, tendo como base iniciativas fundamentadas com a premissa de que os portadores de deficiência tem o direito à independência, auto-realização e integração no meio social e econômico da comunidade, começa a conquistar espaço na sociedade. Não restam mais dúvidas quanto à importância da efetivação da integração normalizada como forma de proporcionar a estes indivíduos uma participação mais ativa na vida comunitária.

A partir dessa filosofia de integração normalizada, foi observada no Brasil uma mobilização para disponibilizar ao portador de deficiência meios que supram suas necessidades especiais. Assim se reproduziram os serviços de atenção a essas pessoas, então estruturados em organizações governamentais e não-governamentais.

Uma grande conquista representa a mudança de concepção no atendimento aos portadores de necessidades especiais, garantindo a manifestação de sua autonomia e, portanto, sua integração normalizada na sociedade. Existem muitas dificuldades trazidas pela transformação do discurso em prática. Uma dessas dificuldades diz respeito à formação profissional, à qual os acessos vem sendo dificultados principalmente pela desinformação e pela estrutura das instituições de formação, que não contam com adaptações e com pessoal especializado para seu atendimento, conforme

os resultados do levantamento **Atendimento dos Departamentos Regionais do SENAI a Pessoas Portadoras de Deficiência.**<sup>15</sup>

Apesar das ações de alguns projetos enfocarem prioritariamente instituições de formação profissional, não são desconhecidas as dificuldades de integração dessas pessoas no mercado de trabalho. Há diversas barreiras, que envolvem desde os meios de locomoção até a falta de informações e a própria discriminação enfrentada pelos portadores de deficiência na busca de um emprego.

Integrar os portadores de deficiência na comunidade requer a adoção de mecanismos capazes de proporcionar, além de sua preparação, a igualdade de oportunidades.

A recente pesquisa **Modernização, Emprego e Qualificação Profissional**, realizada pela CNI e SENAI/CIET, representa um passo inicial em relação à questão da integração dos portadores de deficiência no mercado de trabalho. De acordo com o SENAI, esta pesquisa foi realizada em diversos ramos da atividade econômica, onde foi constatada a existência de portadores de deficiência como parte da própria política empresarial de uma pequena parcela das empresas verificadas. No caso, destacaram-se os correios, empresas de telecomunicações e indústrias de vestuário.

---

<sup>15</sup> Realizado em março de 1997 pelo SENAI/CIET

Entre as empresas que tem como parte de sua política a contratação de portadores de deficiência, apenas uma pequena parte delas possuem programas específicos de emprego e/ou convênios com associações de assistência a pessoas portadoras de deficiência. As restantes afirmaram estar atendendo a uma exigência legal. Foi notado que ainda são poucos os incentivos à contratação de portadores de deficiência nas empresas pesquisadas.

Os dados desta pesquisa mostraram que as empresas nas quais se encontraram empregados portadores de deficiência foram utilizados em grande escala métodos e técnicas de gestão da produção, tais como ISO 9000, organização do trabalho em grupos, programas de conservação de energia e planejamento estratégico.

## CAPÍTULO IV

### A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO ADOTADA PELO INES

Com a finalidade de investigar o **processo de educação profissional** voltado aos portadores de necessidades especiais, existente no **INES - Instituto Nacional de Educação para Surdos**, foram realizadas entrevistas informais (ver anexo V) com profissionais dessa instituição, momento em que foi possível observar os seguintes aspectos:

Existe na instituição uma concepção coletiva de que, após muitas tentativas de estruturação de um **modelo de educação profissional**, hoje foi consolidado aquele que, segundo os próprios técnicos do Instituto, é *"um modelo viável , moderno e consistente, que leva o aluno a uma formação profissional, que realmente o habilita ao mercado de trabalho competitivo"*.

A **Educação para o trabalho**, ofertada pelo INES, surgiu em substituição a antiga e defasada **profissionalização** e, consolida seu modelo através da formação de sua **DIVISÃO DE QUALIFICAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PROFISSIONAL - DIEPRO**, que procura proporcionar ao seu alunado uma visão integral do processo de produção e/ou do serviço no qual está inserido; também objetiva realizar estudos e levantamentos da necessidade de mão de

obra, visando a inserção dos seus alunos no mercado de trabalho e promover a orientação, o encaminhamento e o acompanhamento dos discentes no mesmo.

Seu objetivo maior é dar aos portadores de deficiência auditiva a oportunidade de *aprender a aprender* para que, ao saírem das instituições formadoras, possam os mesmos terem condições de procurar oportunidades, até mesmo em outras áreas profissionais diferentes daquelas por eles vivenciadas.

Em seus ensinamentos preconiza o INES que o alunado deve, em seu aprendizado vivenciar todas as etapas do processo produtivo; que vai desde a visita ao fornecedor de matéria prima, passando por todas as fases do processo produtivo, até chegar ao acesso ao consumidor.

O Instituto possui uma preocupação com a saúde integral de seu alunado, procurando implantar programas educativos de prevenção de doenças diversas e ecologia.

A concepção profissional do INES é *educar para a vida*. Com essa máxima, a instituição procura a *formação integral do aluno*, onde as várias vivências no campo do trabalho devam ser, para os educadores, uma experiência viva, onde se possa proporcionar ao educando a oportunidade de crescimento pessoal e profissional, que o habilite a um mercado de trabalho

competitivo, sem esquecer a necessidade imperiosa de criar mecanismos para o seu pleno desenvolvimento, enquanto **SER HUMANO**.

No sentido de viabilizar a concepção de *educar para a vida* adotada pelo Instituto, a DIEPRO procura, em suas etapas de ensino-aprendizagem, criar **oficinas**, onde os alunos possam aprender técnicas de determinadas profissões, sem que a instituição considere que ele está *apto* para exercê-la, pois entende-se que há necessidade de uma profissionalização, assim como de uma *habilitação* para inserção no mercado de trabalho e para a vida.

Também são desenvolvidos  **cursos de execução direta** que, nada mais são que cursos formadores de uma ou várias profissões dentro das próprias dependências do Instituto, e que servem de *laboratório* do próprio modelo de formação para as demais instituições brasileiras assistidas tecnicamente pelo INES; e  **cursos de execução indireta** que são efetivados através de parcerias e convênios com outras instituições, sejam estas governamentais ou não, com o objetivo de buscar a ampliação dos espaços de trabalho tanto para emprego quanto para treinamentos .

Até o presente momento já foram ofertadas as seguintes atividades e parcerias:

a) Cursos de execução direta:

- LANCHEIRO;

- MICRO INFORMÁTICA;
- SERIGRAFIA (desativado no momento);
- MARCENARIA (desativado no momento);

b) Cursos de execução Indireta ( parcerias com):

- eletrecista, realizado no SENAI<sup>1</sup>;
- bombeiro hidráulico, realizado no SENAI;
- hotelaria, realizado no CVI<sup>2</sup>;
- auxiliar de biblioteca, realizado na UFRJ<sup>3</sup>;

Também são realizadas atividades em parceria com SENAC<sup>4</sup>; SEBRAE<sup>5</sup>; CEFET<sup>6</sup>; FAT<sup>7</sup>; COMUNIDADE SOLIDÁRIA; SINE<sup>8</sup>; FENEIS<sup>9</sup>; ONGS<sup>10</sup> DIVERSAS.

O Instituto, procurando integrar o aluno na sociedade, com capacitação necessária à competitividade do mercado de trabalho, também realizou um levantamento das necessidades de profissionais de seu alunado com mais de dezessete anos. Esse levantamento de dados gerou indicadores dos seguintes aspectos: **quantidade e perfil dos alunos em idade de inserção**

---

<sup>1</sup>SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

<sup>2</sup>CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE

<sup>3</sup>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

<sup>4</sup>SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

<sup>5</sup>SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA

<sup>6</sup>CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

<sup>7</sup>FUNDO DE APOIO AO TRABALHADOR

<sup>8</sup>SISTEMA NACIONAL DE EMPREGOS

<sup>9</sup>FEDERAÇÃO NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DO SURDO

<sup>10</sup>Organizações não governamentais

**no mercado de trabalho e quantidade de alunos já empregados ou em treinamento.**

De posse desses indicadores a DIEPRO procura encaminhar seus discentes em idades pertinentes e com maior necessidade de contratação imediata, a uma colocação no mercado. Os demais estudantes, são encaminhados para treinamento em serviços ofertados nas empresas conveniadas, quando são disponibilizadas vagas para as atividades laborativas propostas. Os cargos ofertados pelas empresas conveniadas, sejam para contratação ou treinamento, em geral são nas seguintes áreas: ALMOXARIFADO; MICROFILMAGEM; AUXILIAR DE ESCRITÓRIO; ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO; DIGITAÇÃO; LIMPEZA E MANUTENÇÃO; AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL; ESTOQUE; E EMPACOTAMENTO. A supervisão dos alunos em treinamento, assim como a avaliação das empresas conveniadas, é realizada mensalmente pela DIEPRO e, sempre que houver solicitação por parte das empresas, para solucionar possíveis problemas.

No processo de seleção do aluno, verifica-se a qualificação específica de cada um para o cargo proposto pela empresa, uma vez que se procura assegurar as diversas possibilidades de trabalho para as pessoas portadoras de surdez.

Graças aos esforços de diversos setores da sociedade e particularmente do INES, no sentido de procurar valorizar a capacidade

daqueles portadores de necessidades especiais, o mercado de trabalho para pessoas surdas encontra-se em franca expansão, principalmente pelo desempenho profissional obtido por eles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final desse trabalho foram observadas importantes mudanças em relação à educação integradora e a capacitação profissional, que resultaram em uma maior e mais efetiva integração dos portadores de deficiência na sociedade. Estas mudanças são bastante recentes e refletem o resultado de uma conscientização que vem se desenvolvendo gradualmente.

Em se tratando das políticas públicas voltadas para os Portadores de Deficiência, a conscientização mais evidente surge na preservação dos direitos daqueles nas áreas de educação, saúde, formação profissional, trabalho e outras, além da criminalização do preconceito contra essas pessoas. Observa-se, entretanto, que a implementação dessas normas e leis ainda deixa à desejar, pela falta de um rigor maior na garantia dos direitos por elas assegurados aos portadores de deficiência nas ações de governo e na iniciativa privada.

Considerando-se a área de educação, cabe mostrar a importância do Núcleo Curricular Básico da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, que apresenta uma belíssima proposta de integrar os portadores de necessidades educativas especiais à rede de ensino público, como forma de propiciar igualdades de oportunidades acompanhadas por educação complementar de

apoio. Neste contexto vale afirmar que não adianta apenas ter uma proposta sem que ela esteja implementada de forma satisfatória ao seu público alvo. Devem ser observadas as diversas dificuldades e inadequações que essas pessoas encontram até chegarem em uma classe integradora.

Ao apresentar um capítulo voltado à Profissionalização, pretendia fazer um estudo sobre todas as oportunidades apresentadas para que o Portador de Deficiência se insira de forma competitiva no mercado de trabalho. Mesmo não conseguindo acesso a material existente suficiente, foi possível observar que o atendimento em relação à formação profissional dos Portadores de Deficiência situa-se ainda num nível bastante baixo. Além disso, os obstáculos existentes, como a desinformação e a inadequação dos cursos de formação profissional e de acesso ao mercado de trabalho para esses grupos são grandes.

O atendimento educacional e os cursos de formação profissional aos Portadores de Deficiência ainda apresentam um déficit muito grande em relação à estimativa de pessoas portadoras de deficiência.

Quanto ao último capítulo, que trata da educação para o trabalho realizada pelo INES, é entendido que o treinamento de mão-de-obra oferecido pelas empresas é um dado extremamente positivo, não apenas do ponto de vista da profissionalização dessas pessoas, mas também por permitir uma excelente

oportunidade de socialização entre ouvintes e surdos. A dificuldade de comunicação à princípio existe, mas é contornável pelo emprego de recursos de adequação para funcionários e empresas.

É importante o acompanhamento inicial desenvolvido por profissionais do Instituto no local de treinamento, no sentido de diminuir o preconceito existente no relacionamento inicial por parte dos funcionários da empresa, bem como apoiar os alunos para minimizar a insegurança no primeiro contato.

Podem ser sugeridas algumas extensões futuras a esse trabalho, com vistas a prosseguir e aprofundar o processo de investigação da questão da profissionalização dos Portadores de Deficiência, como, por exemplo, estudar os programas em curso em outras instituições formadoras, avaliar ao nível de interesse profissional as demandas de inserção no mercado de trabalho por parte dos Portadores de Necessidades Especiais ou ainda atualizar perante organismos de processamento estatístico os dados pertinentes a esses grupos, de maneira a oferecer informações mais precisas tanto ao mercado de trabalho quanto às instituições de ensino.

## Anexo I\*

\* Transcrito do Jornal Folha de São Paulo de 25 de agosto de 1998.

### Ensino ignora 5,7 milhões de deficientes.

Apenas 5% dos cerca de 6 milhões de crianças e jovens brasileiros em idade escolar com algum tipo de deficiência recebem atendimento especializado no país. Os 95% restantes estão matriculados em escolas regulares sem receber o atendimento que deveriam ou estão sem estudar, em casa ou em instituições para deficientes. Os cálculos são da Secretaria de Educação Especial do MEC e se referem ao ano de 1997.

O MEC estima que haja 6 milhões de crianças e jovens até 19 anos com algum tipo de deficiência física ou mental no país. Só 334,5 mil deles estão matriculados em escolas que oferecem atendimento para deficientes, o que significa que 5,7 milhões estão desassistidos. A situação desses estudantes é ainda mais delicada porque a distribuição geográfica das escolas que oferecem serviços especiais é desigual.

Em 1997, apenas 43% dos 5.507 municípios brasileiros ofereciam algum tipo de serviço educacional aos portadores de deficiência. As regiões Centro-Oeste e Sul concentram a maioria dessas escolas, e a região Nordeste é que tem a maior carência desses serviços.

A qualidade do atendimento dado às crianças não está condicionado às condições econômicas dos estados e municípios. Segundo a Secretaria de Educação Especial do MEC, Pará, Goiás, Paraná e Distrito Federal são as unidades da Federação que oferecem melhor atendimento aos portadores de deficiência.

No Pará, por exemplo, 63,6 % dos 143 municípios oferecem atendimento ao deficiente. O Estado também é um dos sete do país que tem serviços especializados para crianças superdotadas.

Piauí, Sergipe e Paraíba são os Estados em que o atendimento é pior. Em Sergipe, só 9 dos 75 municípios oferecem algum tipo de educação especial — incluindo escolas públicas e privadas.

Um dos motivos da falta de estrutura para atender os deficientes é que, até 1995, praticamente não havia ação governamental na área. Quem se ocupava da educação de deficientes eram instituições filantrópicas, como a APAE e o Instituto Pestalozzi, que sobreviviam de doações, e, por isso, tinham dificuldades de atender a todas as crianças e jovens em idade escolar portadores de deficiência.

A partir de 1996, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Estados e municípios assumiram a responsabilidade de educar essas crianças. Em 98, a previsão é que R\$ 45 milhões dos R\$ 9,4 bilhões do

orçamento do MEC sejam destinados à melhoria do atendimento a crianças deficientes. Em 96, o total liberado havia sido de R\$ 23,9 milhões e, em 97, de R\$ 24 milhões. A maior parte da verba foi usada para capacitar professores e reformar as escolas para abrigar os alunos com deficiências físicas.

Daniela Falcão

Da Sucursal de Brasília

Portadores de Deficiência	Alunos da Pré-escola	Alunos do ensino fundamental	Alunos do ensino médio	Outro tipo de atendimento	Total de alunos matriculados
<b>Braile</b>	35.363	135.299	2.091	441.252	332.507
<b>Região Norte</b>	6.390	12.834	97	4.595	23.916
Rorônia	606	564	17	631	1.818
Acre	443	484	3	38	968
Amazonas	1.065	1.779	3	830	3.677
Roraima	170	195	6	57	428
Pará	3.440	8.441	64	1.153	13.098
Amapá	113	496	3	940	1.552
Tocantins	553	875	1	946	2.375
<b>Região Nordeste</b>	19.935	18.116	200	9.863	48.114
Maranhão	1.931	2.348	21	540	4.840
Piauí	1.223	791	0	825	2.839
Ceará	3.279	2.522	12	1.921	7.734
R. G. do Norte	857	2.768	67	1.206	4.898
Paraíba	1.536	1.170	0	271	2.977
Pernambuco	4.885	3.978	51	1.344	10.258
Alagoas	781	668	3	771	2.223
Sergipe	344	248	0	555	1.147
Bahia	5.099	3.623	46	2.430	11.198
<b>R. Sudeste</b>	36.700	62.491	754	57.487	157.432
Minas Gerais	17.330	18.779	175	36.973	73.257
E. Santo	1.915	2.625	16	2.608	7.164
Rio de Janeiro	4.487	9.062	281	4.743	18.573
São Paulo	12.968	32.025	282	13.163	58.438

<b>Região Sul</b>	15.880	32.341	774	27.673	76.668
<b>Paraná</b>	6.920	16.493	424	16.975	40.812
<b>S. Catarina</b>	3.441	6.510	317	5.004	15.272
<b>R. G. do Sul</b>	5.519	9.338	33	5.694	20.584
<b>Região Centro-Oeste</b>	6.958	9.517	266	11.636	28.377
<b>M. G. do Sul</b>	861	1.135	1	4.194	6.191
<b>Mato Grosso</b>	1.322	1.752	108	1.210	4.392
<b>Goiás</b>	3.686	2.554	30	2.507	8.777
<b>D. Federal</b>	1.089	4.076	127	3.725	9.017

Fonte: MEC - 1997

## Anexo II

O quadro abaixo apresenta o percentual populacional, estimado pela OMS, de portadores de deficiência no Brasil.

<b>Deficiências</b>	<b>Portadores de Deficiência</b>	<b>Percentual (%)</b>
<b>Deficiência Mental (D.M.)</b>	7.250.000	50%
<b>Def. Física (D.F.)</b>	2.900.000	20%
<b>Def. Auditiva (D.A.)</b>	2.175.000	15%
<b>Def. Múltipla (D.MU.)</b>	1.450.000	10%
<b>Def. Visual (D.V.)</b>	725.000	5%
<b>Total</b>	<b>14.500.000</b>	<b>100</b>

Fonte: Mídia e Deficiência: Manual de Estilo - CORDE - 1996.

### Anexo III

O quadro abaixo apresenta um total de 15,9 mil portadores de deficiência entre: D.A. Def. Auditiva; D.F. - Deficiência Física; D.M. - Deficiência Mental; e D.V. - Deficiência Visual.

Atendimento no Programa de Educação Profissional para  
Portadores de Deficiência do Ministério do Trabalho, por regiões.

Regiões	Treinados
Norte	806
Nordeste	4.447
Sudeste	2.810
Sul	6.146
Centro-Oeste	1.724
Total	15.933

Fonte: Ministério do Trabalho - 1996.

## Anexo IV

Atendimento em Programas e Cursos de Formação Profissional, nos Departamentos Regionais do SENAI, por regiões, nos últimos cinco anos.

<i>Regiões</i>	<i>Atendimentos</i>
Norte	52
Nordeste	86
Sudeste	1.376
Sul	261
Centro-Oeste	141
<b>Total</b>	<b>1.916</b>

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa "Atendimento dos Departamentos Regionais do SENAI a Pessoas Portadoras de Deficiência" - CIET -1997.

## Anexo V

Roteiro de investigação realizado no INES com o intuito de verificar aspectos referentes à educação profissional dos portadores de necessidades especiais dessa instituição.

- Como se efetiva ou não a educação profissional;
- Que tipo de concepção está embasando a educação profissional dessa instituição;
- Como é feito o encaminhamento para a profissionalização;
- Se essa instituição leva em consideração as habilidades e os interesses dos portadores de necessidades especiais;
- Se existem oficinas para a profissionalização;
- Que tipo de oficinas existem nessa instituição;
- Se existe encaminhamento e acompanhamento da inserção dos portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Maria Lúcia, Maria Helena P. **Filosofando; Introdução à filosofia.** São Paulo, Moderna, 1986.

BAPTISTA, Claudia Roberto. **A integração dos alunos portadores de deficiência e o atual contexto educacional italiano: pressupostos e implicações:** Rio de Janeiro. UERJ, 1995.

BRASIL. MJ. Secretaria dos Direitos da Cidadania. **Os Direitos das pessoas portadores de deficiências.** Brasília, 1996. 18 p.

.....**Subsídio para planos de ação dos governos federal e estaduais na área de atenção ao portador de deficiência.** Brasília, 1994, 25 p.

.....**Mídia e deficiência: manual de estilo.** 3ª ed. Brasília, 1996. 32 p.

BRASIL. MTD. SEFOR. **Dados preliminares do programa de educação profissional para portadores de deficiência do plano estadual de qualificação.** Brasília, 1996.

BRASIL – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96.** Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC, 1996.

CERVO, Amando Luiz e BERVAM, Pedro A. **Metodologia Científica.** São Paulo: Mc Graw – Hill do Brasil, 1983.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA:** de princípios, políticos e prática para as necessidades educativas especiais. Espanha, 1994.

ESPAÇO. **Inserção do aluno do INES no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: INES, 1998, nº 9.

FERNANDES, Eulalia. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo.** Rio de Janeiro: AGIR, 1990.

FERNANDEZ, Sônia. **A possibilidade de constituir conhecimentos numa escola inclusiva – um proposta em construção.** Rio de Janeiro: UERJ, 199\_\_.

GLAT, Rosana. **Questões atuais em educação especial, aintegração social dos portadores de deficiência; uma reflexão,** vol I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sette Leguas, 1998.

GRZYBAISKI, Cândido. **Controle social na políticas públicas.** \_\_\_\_:\_\_\_\_, 199\_\_.

**Inserção de Portadores de Deficiencia em Empresas Industriais.** Luís Antônio Caruso. Rio de Janeiro: SENAI / CIET, 1995.

KELMAN, Celeste Azulay. **Sons e gestos do pensamento: um estudo sobre a linguagem egocêntrica na criança surda.** Brasília: CORDE, 1996.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Ensino ignora 5,7 milhões de deficientes.** São Paulo: Folha de São Paulo, 1998. Caderno 3º.

MACHADO, Maria Therezinha de Carvalho, Goffredo, Vera Lúcia Flôr Benichial. \_\_\_\_:\_\_\_\_, 199\_\_.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação incluso?** São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 199\_\_.

NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula Nunes. **Os delineamentos de pesquisas experimentais de caso único em educação especial.** Rio de Janeiro: MEC, 1998.

ONU. **Programa de Ação Mundial para as pessoas deficientes:** \_\_\_\_, 1982.

REVISTA INTEGRAÇÃO. **Direito do Portador de Deficiência / Marcos José da Silveira Mazzotta.** São Paulo: MEC, 1994.